

# PAPEL DA COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO EM MACAU<sup>1</sup>

**Nome:** Maria de Lurdes Nogueira Escaleira

**Instituição:** Instituto Politécnico de Macau

**e-mail:** lescaleira @ ipm.edu.mo

## RESUMO

A história da criação do ensino superior moderno de Macau data de 1991, no entanto, já numa fase anterior existiram importantes acordos de cooperação que tornaram viável o estabelecimento de um ensino superior que, desde então, se tem vindo a desenvolver e afirmar de forma sistemática e consistente.

No que se refere ao Instituto Politécnico de Macau (IPM), instituído em 1991, vemos que este atingiu uma posição de destaque no contexto do ensino superior de Macau, bem como no panorama internacional, em parte como resultado dos programas de cooperação. Nesta área, o IPM seguiu a linha da cooperação internacional defendida por Hénard *et al* (2012), tendo intensificado a cooperação com instituições do interior da China, de Hong Kong e do estrangeiro, nomeadamente Portugal, Brasil, Inglaterra, Austrália, entre outras.

O objectivo desta comunicação consiste em traçar uma história sumária da cooperação desenvolvida pelo IPM e identificar o contributo, de cada programa *per si* e da cooperação em geral, para o desenvolvimento de uma oferta educativa que vá ao encontro das necessidades da sociedade e para a implementação de uma melhoria contínua da qualidade do ensino politécnico.

A nível metodológico aplica-se a análise documental por (Ludke e André, 1986) esta se constituir como uma técnica de pesquisa qualitativa que permite desvendar aspectos desconhecidos de um tema ou problema. Seguindo esta linha metodológica, analisam-se discursos dos vários intervenientes, documentos institucionais, programas de intercâmbio e

---

<sup>1</sup> Este artigo foi escrito ao abrigo do Acordo Ortográfico de 1945 por em Macau não ter sido adoptado o Acordo de 1990.

dados estatísticos relevantes, tendo como objectivo demonstrar o fluxo de intercâmbio e as mudanças que este tem introduzido no quotidiano e na cultura organizacional do IPM.

O presente estudo permite-nos concluir que a cooperação tem resultado de uma atitude proactiva e de uma aposta constante do IPM que lhe tem permitido atingir a missão, expressa nos seus estatutos, de se afirmar como “uma instituição de qualidade com um forte compromisso em servir a comunidade local bem como outras áreas da RPC”.

**Palavras-chave:** ensino politécnico, cooperação, qualidade, intercâmbio

## ABSTRACT

### **Role of cooperation in the development of polytechnic higher education in Macao**

The history of Macao’s modern higher education creation dates back to 1991, however, in a previous phase there were already important cooperation agreements that made the establishment of higher education feasible, which has, since then, been developing and asserting itself in a systematic and consistent manner.

Regarding Macao Polytechnic Institute (MPI), established in 1991, we see that it has achieved an outstanding position in Macao’s higher education context, as well as in the international panorama, partly as a result of the cooperation programs. In this area, MPI followed the line of international cooperation advocated by Hénard *et al* (2012) and intensified the cooperation with institutions from inner China, Hong Kong and from abroad, namely Portugal, Brazil, England, Australia, among others.

The aim of this communication is to trace a brief history of the cooperation developed by MPI and to identify the contribution of each program per se and of cooperation in general for the development of an educational offer that meets society needs and for the implementation of a continuous improvement of the quality of polytechnic education.

On a methodological level documentary analysis (Ludke and André, 1986) is applied because it constitutes a qualitative research technique that allows to unravel unknown aspects of a theme or a problem. Following this methodological line, it is analysed the speeches of the various stakeholders, institutional documents, exchange programs and relevant statistical

data, in order to demonstrate the exchange flow and the changes it has introduced in MPI's day to day and organizational culture.

The present study allows us to conclude that the cooperation has resulted from a proactive attitude and a constant commitment by MPI which has enabled it to achieve the mission, expressed in its statutes, of affirming itself as “a quality institution with a strong commitment in serving the local community as well as other areas of the PRC”.

**Keywords:** polytechnic education, cooperation, quality, exchange

---

## INTRODUÇÃO

O presente estudo teórico discute o impacto da cooperação internacional, a nível do ensino superior, e suas implicações para a gestão de programas de melhoria da qualidade no ensino. Parte-se do postulado que as acções de cooperação internacional, entre instituições de ensino superior (IES), trazem benefícios a todas as partes envolvidas - instituições, docentes, alunos e à própria sociedade – e são oportunidades únicas de melhoria e inovação e, não raro, de sobrevivência (Stallivieri:2004<sup>2</sup>).

A nível metodológico aplica-se a análise documental<sup>3</sup> por (Ludke e André, 1986) esta se constituir como uma técnica de pesquisa qualitativa que permite identificar novos aspectos de uma determinada problemática. Seguindo esta linha metodológica, analisam-se discursos dos vários intervenientes, documentos institucionais, programas de intercâmbio e dados estatísticos relevantes, tendo como objectivo demonstrar o fluxo de cooperação, no ensino politécnico, e o contributo que esta tem trazido para os diferentes intervenientes. O nosso foco de estudo centra-se nos aspectos da sobrevivência, em primeira instância, e da complementariedade, melhoria e inovação no contexto do ensino superior politécnico de Macau, mais particularmente, a cooperação no âmbito da formação de quadros bilínges (Curso de Licenciatura<sup>4</sup> em Tradução e Interpretação chinês-português) e dos cursos de

---

<sup>2</sup> Face ao acelerado processo de globalização, as universidades tiveram que buscar um novo espaço, sendo a internacionalização cada vez mais necessária e intensa. Stallivieri (2004) considera estarmos perante uma questão de sobrevivência, ou seja, é necessário internacionalizar para competir, a nível interno e externo, em níveis de igualdade com as outras instituições de ensino superior.

<sup>3</sup> Ao longo do nosso estudo deparámos com a dificuldade de encontrar informações relevantes e actualizadas. Essa lacuna foi colmatada com o apoio do Professor Doutor Luciano de Almeida e da Professora Aurélia de Almeida a quem agradeço a disponibilização de documentação fulcral para esta temática.

<sup>4</sup> Os cursos de Licenciatura são de quatro anos e não está prevista a atribuição do grau de bacharel.

Licenciatura em Administração Pública (leccionado em língua veicular portuguesa) e de Licenciatura em Relações Comerciais China-Países Lusófonos.

Antes de nos concentrarmos no estudo de caso iremos abordar algumas questões prévias, apresentando o sentido em que são usados os conceitos e inserindo a temática no âmbito do ensino superior politécnico de Macau. Assim, embora de forma sumária, apresentamos algumas visões sobre o que se entende por internacionalização, cooperação e mobilidade estudantil e traçamos a história da criação do ensino superior politécnico<sup>5</sup>.

No que concerne à internacionalização<sup>6</sup> sabemos que esta se desenvolve a partir das últimas duas décadas do séc XX e entra numa fase de enorme aprofundamento no séc XXI, no entanto, tudo indica ser uma prática antiga porque, como afirma Stallivieri (2004), existiram elementos de internacionalização já no séc. XIII.

Este conceito de internacionalização<sup>7</sup>, na educação superior, designado de várias formas durante o séc. XX<sup>8</sup>, tem gerado acesa discussão, no entanto, no âmbito deste estudo, é entendido como estratégia para a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa, envolvendo relações entre países, entre culturas e entre o global e o local. Internacionalização é um fim em si mesma e não um meio para a obtenção de um resultado, é um processo dinâmico (Wit:1998), é, segundo Knight (2003) o “processo no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e oferta de educação pós-secundária” (p.2).

Já quanto à cooperação é hoje vista como inserida no movimento mais amplo da globalização e da internacionalização (Knight e Wit:1997 e Miura:2006<sup>9</sup>). Reis e Capelato (2018) definem cooperação como “(...) uma habilidade e uma prática que pode impulsionar outras estratégias de sucesso, como a capacidade de resposta à mudança e o aumento de

---

<sup>5</sup> Ver Escalera, M. L. *Ensino Superior em Macau: cooperação como forma de sustentabilidade do ensino de e em língua portuguesa*, em E-Revista de Estudos Interculturais do CEI – ISCAP N° 4, de Maio de 2016. <https://www.iscap.pt/cei/EREI%20Site/4Artigos/Of%20Silk,%20Sugar%20and%20Spices/Lurdes%20Escalera%20Ensino%20Superior%20em%20Macau%20Cooperacao.pdf>.

<sup>6</sup> O conceito de internacionalização do Ensino Superior tem sofrido modificações: *passou de cooperação internacional, relações internacionais e mobilidade de estudantes estrangeiros*, para a partir dos anos 1980 ser entendido como um processo, com um objectivo de dimensão internacional, abrangendo políticas e programas de todos os níveis, Governo, instituições de ensino superior, centros de investigação ou individuais.

<sup>7</sup> Associação Internacional das Universidades (www.iau-aiu.net), consultado em 03/11/2018.

<sup>8</sup> Até finais da década de 90 do séc. XX usou-se o termo *educação internacional* para referir todas as actividades internacionais organizadas no âmbito da educação superior: estudo no exterior, orientação de estudantes estrangeiros, intercâmbio de docentes e discentes, ensino em áreas específicas, adaptação curricular, ensino à distância, etc.

<sup>9</sup> Para Miura (2006) os termos globalização e internacionalização são frequentemente usados como sinónimos.

agilidade” (p.3), isto é, a interacção entre um grupo de pessoas que trabalham para atingir um objectivo comum. A cooperação envolve habilidades pessoais e técnicas pelo que para que a cooperação seja efectiva, principalmente quando se trata de organizações, é necessário que exista também uma cultura organizacional favorável ao trabalho colaborativo.

Uma das faces mais visíveis da internacionalização é a mobilidade de docentes e discentes. Esta circulação internacional de estudantes está associada à cultura de mobilidade, instituída pelos processos da globalização da economia, dos valores e das práticas culturais. As instituições de ensino superior têm-se afirmado como actores de cooperação cada vez mais presentes e relevantes, implementando estratégias pró-activas de internacionalização e apostando na oferta diversificada e em programas de mobilidade académica internacional. A mobilidade decorre do processo de internacionalização da educação superior e (Pellegrino, 2001) consiste na migração temporária, inserida nos fluxos de migração qualificada<sup>10</sup>, de estudantes que se movem financiados por acordos diplomáticos, políticas multilaterais e organismos públicos e privados de financiamento à educação e à pesquisa. É um processo em que professores e alunos buscam parcerias de mobilidade internacional tendo como finalidade a melhoria da qualidade do saber e da prática de pesquisa, experiência cultural, proficiência em línguas estrangeiras, formação de redes científicas e profissionais, acesso a recursos e a equipamentos internacionais, etc. É um movimento que favorece o conhecimento do Outro e de si mesmo e a troca de ideias, saberes culturais e práticas sociais.

Um outro conceito que tem vindo a ganhar terreno é o de redes de cooperação definidas (Castells, 2018) como conjuntos de “nós interconectados”, com uma estrutura dinâmica, flexível e aberta, que representam uma alternativa para que as organizações possam estabelecer processos de partilha, com benefícios mútuos.

### **Ensino superior em Macau<sup>11</sup>**

Até à data da criação do ensino superior moderno, em 1991, Macau dispunha de uma única universidade - Universidade da Ásia Oriental - que “tinha muito pouco a ver com

---

<sup>10</sup> Termo usado por este autor (2001) no artigo sobre os processos de migração na América Latina, disponível em [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7158/S2001719\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7158/S2001719_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y), acedido em 20/10/2018.

<sup>11</sup> Consultar Escalera, M. L. N. (2013) Ensino da Tradução em Macau: dos currícula propostos à realidade do mercado. Macau, Editora Delta.

Macau, o seu sistema era anglosaxónico e muito virado para Hong Kong (...) portanto, era uma universidade de Hong Kong implantada em Macau”<sup>12</sup>.

Esta universidade privada entrou em crise, em finais da década de 80, tendo o Governo decidido pela sua aquisição e transformação, dando origem ao ensino superior público. Esta decisão trouxe desafios e oportunidades cujas dimensões só passados quase três décadas se começam a vislumbrar e que se prendiam, sobretudo, com a inexperiência e a falta de qualificações do pessoal docente para integrar o ensino superior. Em 1990, o pessoal docente a leccionar em Macau tinha, na sua quase totalidade, habilitações para a docência no ensino não superior e os cursos pós-secundário existentes, na época, estavam ligados a serviços públicos e eram conferentes de diplomas de certificação técnica não existindo nenhum curso conferente de bacharelato nem de outro grau superior.

É neste cenário que a cooperação assume um papel fundamental tendo as instituições de ensino de Macau usufruído da experiência *herdada* do passado e beneficiado das redes de cooperação já existentes. De notar que a cooperação e a mobilidade de estudantes é uma prática presente em Macau muito antes da criação do ensino superior, por exemplo, a formação de quadros bilingues<sup>13</sup> através da cooperação com o Instituto Nacional de Administração (INA), Portugal, e com o Instituto Nacional de Administração (INA) do Interior da China ao abrigo dos quais muitos profissionais, maioritariamente funcionários públicos, fizeram formação intensiva para aprendizagem das línguas oficiais.

Na fase transitória, após a aquisição da Universidade da Ásia Oriental e mesmo antes da criação do ensino superior<sup>14</sup>, foram criados dois cursos de licenciatura<sup>15</sup>: Direito, através da cooperação com a Universidade de Coimbra, e Administração Pública<sup>16</sup>, cooperação com o INA, de Portugal.

---

<sup>12</sup> Excerto de entrevista ao Dr. Jorge Rangel, secretário-adjunto do Governo de Macau, responsável pela aquisição da UAO e criação do ensino superior em Macau (Escaleira, 2013).

<sup>13</sup> O Plano de Estudos em Portugal (PEP) assumiu uma relevância muito expressiva na criação de quadros bilingues para assegurar a transferência de soberania de Macau.

<sup>14</sup> Em 1991, é criado o ensino superior público: Instituto Politécnico de Macau, Universidade de Macau, Instituto de Formação Turística e Escola Superior das Forças de Segurança de Macau. Hoje, Macau dispõe também de um conjunto assinalável de universidades privadas: Universidade S. José, Universidade de Ciência e Tecnologia e a Universidade Cidade de Macau, entre outras.

<sup>15</sup> Estes dois cursos conferentes do grau de licenciatura contaram com o apoio a nível de desenho curricular, matérias didácticas e de docentes (oriundos quase em exclusivo de Portugal).

<sup>16</sup> Este curso tinha como requisito de entrada ser detentor de, no mínimo, o grau de bacharelato em Gestão ou Administração Pública ou noutra área considerada relevante.

Esta senda de cooperação tem vindo a ser seguida pelas instituições públicas de ensino superior da RAEM e permitiu desenvolver, em menos de três décadas, uma oferta educativa de qualidade que atrai estudantes de Macau e, cada vez em maior número, do interior da China e de outros países. A cooperação assumiu-se como uma necessidade para criar, sobreviver e crescer e, também, como complementariedade e potencialização de sinergias tendo como principal finalidade a oferta de um ensino superior de qualidade.

A cooperação contribui para a resolução, com sucesso, de vários aspectos, entre os quais destacamos: captação de alunos, necessidade de docentes e elevação das suas qualificações e oferta formativa diversificada e de nível superior.

Macau tem uma população residente de cerca de 600 mil habitantes o que face ao elevado número de instituições de ensino superior, públicas e privadas, bem como a apetência de várias famílias pela opção de enviar os filhos para estudar no estrangeiro (com destaque para Portugal e Inglaterra) o número de candidatos não é suficiente para preencher as vagas existentes. Acrescente-se, ainda, uma situação muito próxima do pleno emprego (taxa de desemprego há décadas entre 1-2 %) e, desde a liberalização do jogo em 2004 com salário médio de cerca de 16 mil patacas – equivalente a 1600 euros) existe uma dificuldade acrescida em captar e manter os alunos no ensino superior.

A cooperação permitiu ultrapassar esta dificuldade tendo para tal contribuído as estratégias desenvolvidas pelo Governo Central da República Popular da China (RPC), que autorizou o recrutamento de estudantes no Interior da China, bem como os vários protocolos de cooperação assentes em incentivos à mobilidade e que têm trazido alunos para Macau.

A oferta limitada de cursos é um constante desafio que os programas de cooperação têm vindo a atenuar, permitindo a criação de novos cursos ou criando condições para a mobilidade internacional de estudantes para frequência de cursos que não existem na RAEM.

Os acordos de cooperação têm permitido a mobilidade de docentes bem como a sua qualificação, permitindo que, no ano-lectivo de 2018-19, seja possível cumprir com o determinado na Lei de Bases do Ensino Superior<sup>17</sup> ao estabelecer o grau de mestre como qualificações mínimas para leccionar no ensino superior de Macau. A título de exemplo refere-se o Programa de Formação de Docentes e Investigadores das Instituições do Ensino

---

<sup>17</sup> Lei n.º 10/2017, publicada no BO. n.º32/2017, em 07/08/2017, entrou em vigor um ano após a sua publicação (Agosto de 2018).

Superior de Macau - cursos de Verão na Universidade de Cambridge e na Universidade de Coimbra, desenvolvido pelo Gabinete de Apoio ao Ensino Superior (GAES) de Macau.

### **Cooperação no ensino superior politécnico de Macau**

O fenómeno da cooperação no ensino tem vindo a ser entendida como benéfica, daí que se aposte, cada vez mais na mobilidade e na cooperação internacionais de estudantes, professores e investigadores. Esta é também uma opção do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) ao afirmar (LAG 2018) que irá apoiar “(...) acções de intercâmbio e cooperação entre estudantes do ensino superior de Macau, do Interior da China e do estrangeiro” (p.20).

No que diz respeito ao IPM temos uma fase inicial em que integrou as várias escolas que anteriormente funcionavam nos serviços públicos, das quais se destaca a escola de tradução, as quais já tinham acordos de cooperação internacionais, nomeadamente com Portugal.

Actualmente, uma consulta à página web ([www.ipm.edu.mo](http://www.ipm.edu.mo)) permite-nos perceber que existe um plano sistemático de cooperação com vários países, tais como, Portugal, Interior da China, Austrália, Inglaterra, Cabo Verde, etc.

Quadro 1 – Acordos IPM-Instituições de ensino superior estrangeiras

<b>País</b>	<b>No. de IES estrangeiras</b>
Interior da China	31
Hong Kong	5
Taiwan	7
Inglaterra	10
EUA	7
Austrália	7
Portugal	(incluindo o CCISPP) 17
Brasil	2
<b>Total</b>	<b>86</b>

Fonte: [http://www.ipm.edu.mo/en/academic\\_exchange.php](http://www.ipm.edu.mo/en/academic_exchange.php), acedido em 28/10/2018

A cooperação com Portugal tem-se ancorado, em grande parte, nos acordos estabelecidos com o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos de Portugal (CCISP). De facto, o IPM foi membro efectivo do CCISPP até 20 de Dezembro de 1999, data a partir da qual, devido à Transferência de Soberania de Macau para a RPC, passou a membro honorário.



O primeiro Protocolo entre o CCISPP e o IPM, assinado em 6-10-2004, “visava lançar as bases da cooperação entre o IPM e os Institutos Superiores Politécnicos de Portugal” , tendo sido, em 12-06-2006 e 29-01-2010, firmados dois Memorandos de Cooperação que tiveram como finalidade estabelecer os programas de mobilidade entre alunos<sup>18</sup>.

Para além destes acordos entre pares, o IPM participa activamente na implementação de protocolos entre o Governo de Macau e os Governos de outros países, como por exemplo, Cabo Verde – programas de formação, no IPM, nas áreas do jogo<sup>19</sup> e de administração pública.

Face a um tão abrangente leque de acordos e programas de cooperação internacional e não sendo possível analisar todos os casos trazemos ao debate alguns exemplos que ilustram a nossa hipótese de investigação em que afirmamos ser a cooperação uma estratégia de sobrevivência e de complementariedade, tendo como finalidade o aumento da qualidade do ensino e a afirmação do ensino politécnico.

Os estudantes de mobilidade<sup>20</sup> no IPM eram, no ano lectivo de 2016/17, 110 e 100, originários do Interior da China e dos Países de Língua Portuguesa, respectivamente, reflectindo a relação privilegiada, assente em laços histórico e culturais, existente entre Macau, o Interior da China e os Países de Língua Portuguesa (PLP) e a influência do factor língua no momento de escolha de um programa de intercâmbio académico. Acresce ainda a política do Governo Central da China e do Governo de Macau de aposta no desenvolvimento de relações privilegiadas e na criação de uma rede de cooperação, económica, cultura e de ensino, com os PLP.

A oferta programas de mobilidade obrigaram a esforços financeiros significativos e a uma diversidade de mudanças<sup>21</sup> que se assumiram como necessárias para satisfazer as necessidades dos estudantes estrangeiros e dos seus próprios estudantes em programas de

---

<sup>18</sup> Dados disponibilizados pelo Professor Doutor Luciano de Almeida.

<sup>19</sup> Voltaremos a este assunto de forma mais detalhada ao discutirmos o Curso de Licenciatura em Administração Pública, ministrado em língua portuguesa.

<sup>20</sup> Para Kelo, Teichler e Wächter (2006), um *estudante internacional em mobilidade* é aquele que cruza as fronteiras nacionais para estudar ou realizar qualquer actividade relacionada a aprendizagem de novos conhecimentos, por um determinado período de tempo, num outro país.

<sup>21</sup> Por exemplo a oferta de residências de estudantes e a sua gestão foi uma das grandes alterações, no aspecto físico e financeiro, que se verificou no IPM logo desde o início dos primeiros programas de mobilidade. Face à dimensão de Macau não havia necessidade de residências para os alunos locais e esta necessidade só foi sentida aquando da chegada dos primeiros grupos de estudantes de mobilidade. Numa primeira fase a maioria dos alunos ficou alojado em apartamentos preparados para atender às necessidades urgentes de alojamento.

mobilidade. Estas mudanças não têm a ver apenas com as instituições responsáveis pelos programas porque, não raro, os Governos têm de estabelecer enquadramentos legais que permitam a presença dos alunos estrangeiros por períodos mais ou menos longos. (No IPM há cursos em que os alunos precisam de permanecer em Macau durante quatro anos e alguns envolvem, ainda, um terceiro país, neste caso a frequência de um ano em Portugal ou na RPC).

Uma das mudanças mais visível tem a ver com a paisagem humana do IPM. Em 2003/2004, o IPM recebeu uma turma de mobilidade, durante um ano, do curso de língua portuguesa da Universidade de Estudos Internacionais de Shangai. A maior surpresa destes alunos era o IPM estar quase deserto durante o dia e só ganhar vida à noite. Como referi anteriormente o IPM recebeu os cursos que já funcionavam no âmbito dos serviços públicos os quais estavam desenhados para os estudantes trabalhadores. Hoje o panorama é diferente e existe um rácio de 75% de alunos diurnos para 25% de alunos nocturnos. Também, durante o dia, aumentou o número de estudantes de língua materna portuguesa e de falantes de mandarim.

A cooperação tem sido, para o caso em estudo, muito mais do que uma opção e, em nosso entender, é primordialmente uma questão de sobrevivência, constituindo-se como factor que motiva o desenvolvimento de vários projectos de cooperação internacional, nomeadamente com os PLP. De realçar que a língua portuguesa tem sido um factor motivador e facilitador da cooperação entre o IPM e os diferentes organismos do mundo lusófono e as estratégias de cooperação têm beneficiado das políticas do Governo Central da RPC de aposta na cooperação com os PLP e de investimento na formação de quadros bilingues (chinês-português). É exemplo da implementação dessa política a cooperação com o IPL<sup>22</sup> a qual se concentra na mobilidade de alunos e docentes de licenciatura e de mestrado, em ambos os sentidos, mas acentua-se, sobretudo, nos cursos de Tradução e Interpretação chinês-português (T&I Ch-Pt<sup>23</sup>) e de Relações Comerciais China Países Lusófonos (RCCPL).

Quadro 2 – Progamas de cooperação IPM-IPL-BLCU

Curso	Instituição de origem	Instituição de cooperação	Período de mobilidade	No. aprox de alunos em mobilidade
T&I Ch-Pt	IPM	IPL	1 ou 2 anos	50

<sup>22</sup> O primeiro Acordo de Cooperação assinado entre o IPM e o IPL data de 20-03-2006, ainda vigente com as devidas alterações, tendo como objectivo a formação conjunta de tradutores e intérpretes de português-chinês.

<sup>23</sup> Funciona desde 2005-06 em ambos os sentidos, isto é, o Instituto Politécnico de Leiria abre anualmente uma turma e o IPM duas turmas, formadas, estas últimas, por alunos de Macau e do Interior da China.

T&I Ch-Pt	IPL	IPM BLCU (Pequim)	1 ano 1 ano	20
RCCPL	IPM	IPL	1 ou 2 anos	30

Os dados mostram que entre o IPM e o IPL se vem “(...) desenvolvendo uma intensa actividade de cooperação bilateral” (acordos de cooperação de 1999, 2006, 2009, 2010) a qual “tem revestido natureza diversificada” e se tem materializado na “mobilidade de estudantes e de docentes (...) e o desenvolvimento de projectos de investigação”.

O Protocolo entre o IPM e IPL<sup>24</sup> para promover, em associação, a criação de um Curso de Tradução e Interpretação Português/Chinês, teve início no ano lectivo 2006/2007. O curso é ministrado pelo IPL e IPM, de acordo com a seguinte metodologia<sup>25</sup>: alunos do IPL – frequência do 1.º e 4.º anos, em Portugal, 2.º em Macau e 3.º em Pequim (Universidade de Línguas e Culturas de Pequim – BLCU); alunos do IPM – frequência do 1.º e 4.º anos, em Macau, e o 2.º e 3.º anos, em Portugal.

O IPM assegurará aos alunos do IPL o alojamento e a alimentação durante os dois anos em que permanecem em, enquanto que o IPL assegurará aos alunos do IPM as mesmas condições. As despesas com as deslocações e remunerações dos docentes envolvidos são suportadas pelo Instituto a que estes pertençam. No entanto, o IPL e o IPM asseguraram, em regime de reciprocidade, o alojamento dos docentes do curso que se encontrem na situação de deslocados em Portugal ou em Macau, respectivamente.

O curso de Relações Comerciais China Países Lusófonos (RCCPL), criado no ano lectivo 2015-16, assenta em turmas mistas, com alunos locais e do interior da China, e prevê um ano de intercâmbio, dos alunos do segundo ano, no IPL tendo como objectivo adquirirem competências linguísticas (português para fins específicos) em contexto de imersão.

Quadro 3- Curso de RCCPL – 2018/19

	Interior da China	Macau	Total
1º ano - IPM	15	4	19
2º ano - IPL	9	16	25
3º ano - IPM	10	16	26
4º ano - IPM	12	11	23

<sup>24</sup> Assinado em 20-03-2006 e, posteriormente, complementado pela Nota de Entendimento ao Acordo de Cooperação, assinada em 12-01-2011 e pelo Aditamento ao Acordo de Cooperação, assinado em 19-03-2009.

<sup>25</sup> O formato inicial tem vindo a ser alvo de ajustes de forma a dar uma resposta mais adequada às necessidades e expectativas dos alunos.

<b>Total:</b>	<b>93</b>
---------------	-----------

Este é um exemplo de como através da cooperação é possível aumentar a oferta formativa e vencer o desafio de preparar, em dois anos, alunos que entram com o nível zero de português, tornando-os competentes na língua portuguesa de forma a terem aulas nos 3 e 4 anos em língua veicular portuguesa, nas mais variadas matérias, por exemplo, direito, economia, marketing, história e cultura dos PLP, da China e de Macau, etc.

Em 26-02-2016, o IPM assinou uma Nota de Entendimento com o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação em que consideram existir “interesse mútuo no estabelecimento de cooperação internacional” pelo que acordaram no estabelecimento de programas de mobilidade de estudantes. Ao abrigo deste acordo os alunos de Cabo Verde podem vir estudar no IPM: 5 vagas para o Curso de Licenciatura em Língua Chinesa para Estrangeiros, 15 vagas (uma turma) para o Curso de Licenciatura em Gestão do Jogo e Diversões e um número de vagas, a acordar, para o curso de formação de profissionais para casinos (Dealer Skills s Slots Skills), meio ano e um ano. Fica ainda determinada a concessão de bolsas, alojamento e outros benefícios a conceder pelo IPM aos alunos de Cabo Verde bem como programas de mobilidade de docentes, por curtos períodos, ou, ainda, a cooperação em outras áreas, como língua chinesa.

Este acordo cooperação com Cabo Verde tornou viável o curso de administração pública em língua portuguesa que, face ao reduzido número de candidatos, só ainda não foi extinto porque tem havido uma política de discriminação positiva, assegurando o funcionamento de turmas com um número muito reduzido de alunos.

Quadro 4- Curso de Administração Pública (em port.) ano-lectivo 2018/19

	<b>Cabo Verde</b>	<b>Macau</b>	<b>Total</b>
1º ano - IPM	10	0	10
2º ano - IPL	14	4 <sup>26</sup>	18
3º ano - IPM	0	4	4
4º ano - IPM	0	4	4

Nota: Existe ainda um número variável de alunos a frequentar disciplinas em atraso.

<sup>26</sup> Destes 4 alunos apenas 2 são naturais de Macau mas desistiram ambos durante o primeiro semestre do 1º ano. Os outros 2, apesar de serem alunos oriundos do recrutamento local (exame unificado de acesso), 1 é do Brasil e 1 é de Angola. De notar que desde a abertura do Consulado de Angola em Macau tem havido uma presença significativa de alunos angolanos no Curso de Licenciatura em AP (em port.).

O curso de AP (em port.) tem beneficiado do programa de mobilidade e integrado alunos oriundos do CCISPP, por exemplo, no ano lectivo de 2106/17, 4 alunos do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), em 2017/18, 1 aluno do IPL<sup>27</sup> (um ano lectivo) e 3 alunos do IPCA frequentaram as aulas durante todo o ano lectivo no IPM e, no ano transacto, 3 alunos fizeram estágios académicos em serviços públicos da RAEM.

Os alunos do IPM a frequentar este curso podem participar em programas de mobilidade e isto tanto é válido para os alunos locais como para os de Cabo Verde (protocolo com o Governo de Cabo Verde). A adesão é bastante fraca em grande parte devido aos alunos locais serem, na sua maioria, estudantes trabalhadores. Apenas 3 alunos frequentaram o 2º (2 alunos) e o 4º (1 aluno) anos no IPL e no ano lectivo de 2015/16 e 1 aluno e Cabo Verde, no presente ano-lectivo.

A nível da oferta de graus académicos antes da aprovação da Lei de Bases do Ensino Superior, isto é, até ao presente ano-lectivo, o IPM apenas podia conferir o grau máximo de licenciatura pelo que a cooperação internacional permitiu ultrapassar as restrições legais e oferecer cursos de mestrado e de doutoramento em áreas chave. Entre os vários programas destacam-se os seguintes: mestrado em administração pública, em colaboração com o IPL<sup>28</sup>, no qual se desenvolveu uma estreita colaboração entre docentes, quer leccionando uma mesma disciplina quer orientado os trabalhos de investigação e publicando artigos em parceria; mestrado em tradução português-chinês – especialidade em tradução e interpretação<sup>29</sup>, em colaboração com os Serviços de Administração Pública de Macau e mestrado em tradução e interpretação de Conferência com a Universidade de Lisboa; doutoramentos em administração pública e em língua e cultura portuguesas com a Universidade de Lisboa.

Também ao nível do ensino das línguas oficiais o IPM tem optado pela cooperação com o Interior da China e Portugal. Para além dos programas já referidos, em 2016<sup>30</sup>, foi

---

<sup>27</sup> A Nota de Entendimento relativa à Mobilidade de Estudantes nos seus Cursos de Licenciatura, assinada em 17-11-2015, no seu ponto 1, determina “O IPM e o IPL fixam em 5 (cinco) por semestre o número de estudantes de licenciatura que reciprocamente receberão em mobilidade internacional, num total de 10 (dez) por ano-lectivo”.

<sup>28</sup> O Aditamento ao Acordo de Cooperação, 19-03-2009, cláusula 5ª – Mestrados Conjuntos – alarga a cooperação a qual passa a abranger a organização de mestrados conjuntos, nomeadamente, nas áreas da Tradução e Interpretação Chinês-Português, Gestão e Administração Pública.

<sup>29</sup> Acordo assinado entre o IPM e o IPL em 17-10-2015.

<sup>30</sup> Despacho do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura n.º 37/2016, publicado no BO no.13/2016 de 29-03-2016. Teve início no ano-lectivo de 2017/18 e estão em funcionamento 2 turmas, uma de primeiro e outra de segundo ano.

criado o Curso de Licenciatura em Ensino da Língua Chinesa (destinado a falantes não nativos de chinês) com o objectivo de “ (...) formar profissionais com visão global e competências comunicativas transculturais, equipados com três línguas, para as áreas do comércio, gestão administrativa, educação cultural, média e indústrias criativas e culturais”<sup>31</sup>. Pode ingressar neste curso qualquer ano de língua materna portuguesa e as 2 turmas em funcionamento são constituídas por alunos dos PLP.

Em 2012, o IPM criou o Centro Pedagógico e Científico para a Língua Portuguesa tendo como objectivo uma forte aposta na cooperação para o desenvolvimento de programas de apoio aos docentes que ensinam português nas universidades da China, tanto na área da formação de docentes como na de produção de manuais para o ensino da língua portuguesa como língua estrangeira a alunos chineses.

A cooperação internacional abrange, ainda, a produção de manuais que vão ao encontro das necessidades dos docentes e dos alunos das várias instituições de ensino superior da rede internacional de cooperação internacional.

Quadro 5 – Manuais académicos – Cooperação

Português Global (China)	IPM e docentes de Portugal	Instituições de ensino do Interior da China
Economia	IPL - IPM	Alunos do IPM – RCCPL, T&I, AP (em port)
1	IPL – IPM	
1	IPL – IPM	
	IPL – IPM	
Português para fins específicos (4 vol.s)	IPL – IPM	
História e Cultura de Portugal	IPM -IPL	

De realçar, ainda, que o IPM organiza um conjunto de actividades extra-curriculares de promoção da cooperação entre alunos e docentes das instituições de ensino de todo o mundo. A título de exemplo referem-se os concursos de poesia e de debate para alunos do ensino superior de Macau e do interior da China e o Concurso Mundial de Tradução (chines-português) para todos os alunos e docentes das instituições de ensino superior de todo o mundo.

Estes são alguns dos exemplos que mostram, de forma muito clara, como a cooperação com Governos ou instituições de ensino podem tornar um curso sustentável e

<sup>31</sup> [http://www.ipm.edu.mo/languages/pt/baiclea\\_non\\_objectives.php](http://www.ipm.edu.mo/languages/pt/baiclea_non_objectives.php), acedido em 23-10-2018.

criar sinergias que permitam a melhoria da qualidade do ensino. Estas estratégias permitiram dar uma maior visibilidade ao IPM, alargar a oferta quer em termos de diversidade quer oferecendo ciclos formativos mais completos bem como elevar as qualificações do corpo docente e da qualidade de ensino.

### **Futuro da cooperação internacional académica**

Desde o início, o Instituto Politécnico de Macau entendeu a cooperação como uma forma de sustentabilidade e tem vindo a desenvolver estratégias que passam pelo estabelecimento de protocolos de cooperação, desenvolvimento de programas de intercâmbio de alunos e de docentes, introdução no currículo de alguns cursos das disciplinas de história, cultura, literatura estrangeiras bem como das línguas portuguesa e inglesa e a implementação de actividades promotoras da interculturalidade.

No presente o dinamismo é evidente e reflecte-se no número de acordos e de programas estabelecidos e implementados. No que concerne à cooperação com Portugal a situação é favorável e, na recente reunião<sup>32</sup> entre o IPM e o CCISPP, foi reafirmado o interesse na cooperação e “identificadas linhas de intervenção futuras que permitam reforçar, em múltiplas áreas, uma cooperação estratégica iniciada em 2004 e que, até ao momento, se traduziu já na organização conjunta de múltiplas palestras, publicação conjunta de manuais e materiais didáticos, e na participação de mais de 1000 estudantes portugueses e chineses em programas de intercâmbio entre o IPM e membros do CCISP<sup>33</sup>”.

As Lei de Bases do Ensino Superior permite uma maior aposta no “(...) intercâmbio de estudantes<sup>34</sup> e mobilidade de professores no âmbito de futuros programas de mestrado e doutoramento e o desenvolvimento de projetos de investigação conjuntos nas áreas da inteligência artificial, *big data*, tradução e ensino de línguas<sup>35</sup>”.

A cooperação internacional, no ensino superior de Macau, insere-se nas políticas definidas pelo Governo da RAEM e expressas em importantes estratégias de promoção da

---

<sup>32</sup> Reunião do dia 26 de Outubro de 2018, em Macau, entre o Presidente do IPM e Presidente do CCISP).

<sup>33</sup> Fonte: Portal do Governo de Macau: <https://www.gov.mo/pt/noticias/183648/>, acedido em 30-10-2018.

<sup>34</sup> Em entrevista à Revista do Ensino Superior de Macau, GAES, 2018, o Presidente do IPL e do CCISPP, Nuno Mangas, chama a atenção para as possibilidades abertas pela nova Lei de Bases do Ensino Superior de Macau: o aluno “ (...) que faça uma parte do curso em Macau e outra em Portugal pode, no final do curso, ter um grau que é válido em toda a Europa, conferido por uma instituição portuguesa, e um grau aqui em Macau, que é válido para a República Popular da China” (p.40).

<sup>35</sup> Idem.

cooperação. Uma das mais recentes foi o acordo<sup>36</sup> de aceitação dos resultados do Exame Unificado (de Macau) pelas universidades portuguesas, representadas pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), alargando as possibilidades de mobilidade de estudantes.

O desafio persiste e a cooperação com os PLP é crucial para garantir a sustentabilidade e ultrapassar a *ameaça* da falta de candidatos locais para os cursos leccionados em língua portuguesa e para a formação de quadros qualificados com domínio das línguas oficiais da RAEM. Esta cooperação passa pela definição de “(...) uma agenda comum pautada por uma participação activa na formulação e acompanhamento das políticas de educação e ciência em todo o mundo da lusofonia<sup>37</sup>”.

Neste contexto dinâmico e que faz prever uma cada vez maior aposta na cooperação internacional, no ensino superior, existem, contudo, alguns aspectos que precisam de ser tomados em consideração de forma a garantir o sucesso dos vários programas de intercâmbio internacional.

Na verdade, como é possível deduzir do nosso estudo, a cooperação centra-se sobretudo na mobilidade de estudantes, investigadores e docentes e esta é uma das principais modalidades que contribuem para a internacionalização do ensino, no entanto, (Hénard *et al*, 2012) quando existe uma excessiva concentração na mobilidade de estudantes, a internacionalização fica reduzida apenas a aspectos quantitativos e corre-se o risco de haver uma desvalorização da cooperação.

Por outro lado, as instituições de ensino da RAEM devem também desenvolver estratégias e programas de cooperação entre elas, o que, em nossa opinião tem sido sempre muito ténue e pouco sistemático, e delinear planos de cooperação internacional concertados.

Em nosso entender poder-se-ia fazer mais se houvesse uma colaboração a nível interno, isto é, se na realidade existisse uma cooperação e sintonia entre as várias instituições de ensino superior (IES) da RAEM, no entanto, vemos que (MADR/MEC:2014) “(...) as várias iniciativas que são dinamizadas para internacionalizar as suas atividades ou para atrair estudantes e professores internacionais correspondem normalmente a estratégias concebidas e

---

<sup>36</sup> Acordo assinado em 21-09-2017 pelo CCISPP (Portugal) e o GAES (Macau).

<sup>37</sup> Presidente do CRUP em entrevista à Revista do Ensino Superior de Macau, GAES, Julho de 2018, p. 37.



executadas isoladamente por cada instituição, sendo escassos os exemplos de melhor articulação entre essas iniciativas” (p.10).

## CONCLUSÃO

A cooperação assume-se, cada vez mais, como um espaço de partilha, conhecimento do Outro, aumento da qualidade e, conseqüentemente, um motor de desenvolvimento dos povos. A nível do ensino superior tem resultado num impacto positivo e levou a que o conhecimento seja, hoje, considerado um dos principais componentes dinamizadores da economia moderna.

No que diz respeito ao nosso estudo a análise dos vários casos permite-nos concluir que o ensino politécnico de Macau tem vindo a intensificar e a inovar as suas estratégias de cooperação internacional, no entanto, há espaço para melhoria e de criação de maiores sinergias.

A internacionalização e a criação de redes de cooperação são cada vez mais uma realidade e o futuro das instituições de ensino superior passa pela aposta em estratégias cada vez mais abrangentes e mais

## BIBLIOGRAFIA

Castells, M. (1999). *A sociedade em Rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra, S.A.

Escaleira, M. L. N. (2013) *Ensino da Tradução em Macau: dos curricula propostos à realidade do mercado*. Macau, Editora Delta.

Escaleira, M. L. *Ensino Superior em Macau: cooperação como forma de sustentabilidade do ensino de e em língua portuguesa*, em E-Revista de Estudos Interculturais do CEI – ISCAP Nº 4, de Maio de 2016.

Hénard, F. *et all* (2012). *Approaches to Internationalization and their Implications for Strategic Management and Institutional Practice, A guide for Higher Education Institutions*, OECD – IMHE

Lüdke, M. e André, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Miura, I. K. O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: Um estudo de três áreas do conhecimento. Tese de Livre Docência, São Paulo. FEA-RP, 2006.

Governo da RAEM, Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2018 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, Novembro de 2017

Instituto Politécnico de Leiria, Revista Politécnica, n.os 21-21, Outubro de 2007

Kelo, M.; Teichler, U.; Wächter, B. Toward improved data on student mobility in Europe: findings and concepts of the eurodata study. *Journal of Studies in International Education*, v. 10, n. 3, Fall 2006, pp. 194-223.

Knight, J. e Wit, H. (1997). *Internationalisation of higher education in Asia Pacific countries*. Amsterdam: European Association of International Education.

Knight, J. Updating the definition of internationalization. *Internacional Higher Education*, n.33. Fall, 2003, pp.2-3.

Wit, H. (1998) Rationales for Internationalisation of Higher Education. Disponível em <http://www.ipv.pt/millennium/wit11.htm>

Pellegrino A. Migrantes Latinoamericanos y Caribeños, síntesis histórica y tendencias recientes, CEPAL\ CELADE, Programa de Población, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Uruguay, 2001.

Reis, F. e Capelato, R. (org.). (2018). *Redes de Cooperação no Ensino Superior – Sinergia e Sustentabilidade*. Porto Alegre: Penso.

Stallivieri, L. (2004). *Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras*. Caxias do Sul: EDUCS